

RITMO DAS ÁGUAS MOLDANDO MODOS DE VIDA: DESCRIÇÃO DAS PAISAGENS POTIGUARA⁴⁴

THIAGO ROMEU⁴⁵

JOHN DA SILVA EVARISTO⁴⁶

ILULIANE MARIA GADELHA CORRÊIA⁴⁷

TAINÁ MARIA DE OLIVEIRA SANTOS⁴⁸

DARCILEY GOMES DE OLIVEIRA⁴⁹

ROMÁRIO DE OLIVEIRA CASTRO⁵⁰

BISMARCK FERNANDES GOMES DA SILVA⁵¹

GUSTAVO DOS SANTOS COSTA⁵²

RESUMO

O presente texto é o relato descritivo de três estudos de campo realizados entre 2016 e 2018 nas terras indígenas (TI's) Potiguara. Por elas, o grupo de estudos LEPoliTC/UFCG, em parceria com o GEPeeeS/UFPB, realizou observações visando identificar o uso das águas pelo povo indígena, bem como o modo como a produção do território indígena. O texto tenta se aproximar de uma linguagem etnográfica e busca descrever, cronologicamente, os fatos e as paisagens vividos. Trata-se da finalização da etapa inicial de inventário da diversidade de paisagens Potiguara com vistas a composição de um quadro panorâmico bem como seus modos de vida.

Palavras-chave: Terra Indígena Potiguara, território, paisagens, rio Sinimbu, rio Mamanguape

RESUMEN

Este texto es una descripción de tres estudios de campo realizados entre 2016 y 2018 en las tierras indígenas (TI's) Potiguara. Para ellos, el grupo de estudio LEPoliTC/UFCG, en asociación con GEPeeeS/UFPB, lleva a cabo el monitoreo utilizando el uso de las aguas de los pueblos indígenas, así como la forma en que se producen los territorios indígenas. El texto intenta acercarse a un lenguaje etnográfico y busca describir, cronológicamente, los hechos y paisajes vividos. Esta es la finalización de la etapa inicial del inventario de diversidad del paisaje Potiguara con vistas a la composición de marco panorámico, así como sus formas de vida.

Palabras clave: Tierra Indígena Potiguara, territorio, paisajes, rio Sinimbu, rio Mamanguape.

1. INTRODUÇÃO

Parece desnecessário apontar que paisagens não são apenas a dimensão visual e ampla da espacialidade. O extenso e já antigo debate acerca do sentido do termo nos legou um acúmulo que permite dizer que chama-se paisagem a percepção espacial do resultado do trabalho humano (SANTOS, 1988), mas também o reflexo dos sentidos captados espacialmente e vividos

⁴⁴ Artigo resultante de trabalhos de campo realizados pelo Laboratório de Estudos sobre Política, Território e Cultura (LEPoliTC), vinculado à Universidade Federal de Campina Grande, nas Terras Indígenas Potiguara.

⁴⁵ Professor Adjunto de Geografia da UFCG, thiago_romeu2000@yahoo.com.br

⁴⁶ Graduando em Geografia pela UFCG, john.silva.evaristo@gmail.com

⁴⁷ Graduada em Geografia pela UFCG, iluli.correia@gmail.com

⁴⁸ Graduanda em Geografia pela UFCG, tainamariageografia@gmail.com

⁴⁹ Graduanda em Geografia pela UFCG, darciley.ufcg.geo@gmail.com

⁵⁰ Graduando em Geografia pela UFCG, romariofirmeza76@gmail.com

⁵¹ Graduado em Geografia pela UFCG, bismark13@hotmail.com

⁵² Graduado em Geografia pela UFCG, costagustavo632@gmail.com

espiritualmente (BESSE, 2006). A paisagem, portanto, também é resultado dos processos culturais que resultam de uma morfologia particular e este entendimento levou ao reconhecimento, mais recentemente, de que as paisagens possuem um valor, de modo que passou a ser interpretada também como um patrimônio (SILVA et al., 2007; RIBEIRO, 2017). Neste sentido, as paisagens potiguara são mais que importantes testemunhos do processo histórico de um povo que tem lutado há mais de 500 anos para se manter existindo, suas paisagens são também elementos agregadores e demarcadores simbólicos da territorialidade potiguara, que tem na relação com as águas uma singularidade.

A pesquisa que iniciamos, no limite, visou aproximar a discussão acerca da patrimonialização das paisagens culturais aos debates de revalorização cultural engendrados por lideranças Potiguara, ao passo que contribui para ampliar o conhecimento geográfico em torno das vivências e espacialidades indígenas, especialmente no Nordeste, temática constantemente marginalizada nas produções geográficas.

O caso do povo Potiguara não é diferente. Mesmo sendo reconhecido seu território por meio da homologação de duas das três terras indígenas que o compõem (Terra Indígena Potiguara, Terra Indígena Jacaré de São Domingos e Terra Indígena Potiguara de Monte Mor), ainda enfrentam a desconfiança dos não indígenas, os preconceitos e ameaças constante à manutenção às suas territorialidades. Tais terras estão distribuídas continuamente entre três municípios do litoral norte paraibano: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto (figura1), sendo a TI de Monte Mor, que abrange áreas deste último município, a única que ainda não foi homologada. Possivelmente, são os únicos povos que habitam o mesmo lugar desde a chegada dos europeus⁵³ e um dos poucos que possuem praias oceânicas entre seus domínios territoriais.

A cosmologia e as práticas Potiguara são intrínsecas às suas paisagens. O rito do Toré, que abre e fecha todas as cerimônias e encontros do povo, simboliza e sintetiza a importância dos elementos naturais como mediadores de sua existência. Por isso, as paisagens constituintes do seu território, que fazem com que os Potiguara transitem por diversos domínios ambientais litorâneos, são parte fundante do universo cosmológico e existencial destes indígenas. Nesta perspectiva, o vínculo com as águas assume especial importância. As suas terras, banhadas por rios e pelo oceano, abrangem áreas de tabuleiros costeiros cobertos por mata atlântica, chegando até a restinga e o manguezal, nas praias e estuários, construindo verdadeiros gêneros de vida.

⁵³Maura Campanili. No mesmo lugar, desde o descobrimento. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao58/potiguara.html>>. Acessado em 27/01/2017.

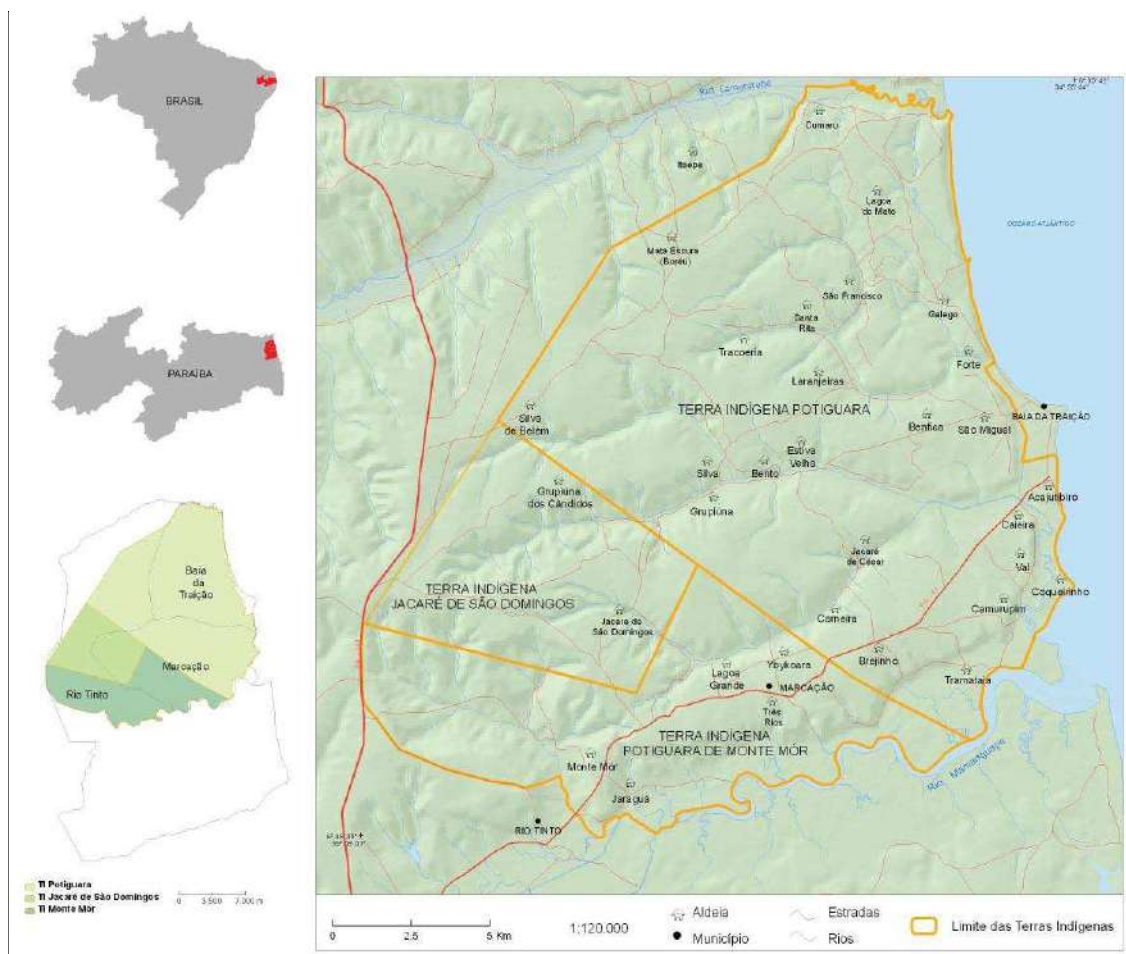


Figura 1 - Localização das Terras indígenas e Aldeias Potiguar/PB. Fonte: CARDOSO et al., 2012.

Um dos aspectos particulares dos Potiguar é histórica defesa de seus modos de ser/estar no mundo. Constam em registros antigos do século XVI que os Potiguar defendiam suas terras de maneira altiva e assustavam adversários com os ritos de antropofagia, sendo classificados como “gentios bravos” contra quem, portugueses, franceses e holandeses, enfrentaram muita resistência⁵⁴. Até hoje a resistência parece um traço significativo, pois, a despeito de toda sorte de dificuldades, entre as quais a miscigenação dos hábitos, valores e tradições às do sujeito ocidental, mantiveram-se existindo e têm assegurado cotidianamente suas terras, suas práticas econômicas e suas tradições. Tudo isto torna ainda mais necessário o reconhecimento do valor de suas paisagens culturais.

O presente relato se refere aos três estudos de campo realizados pelo Laboratório de Estudos sobre Política, Território e Cultura (LEPoliTC) vinculado à Universidade Federal de Campina Grande, e contou com a parceria do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Etnias e

⁵⁴ José Glebson Vieira. *Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil: Potiguar*. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/potiguar/print>>. Acessado em: 28/01/2018.

Economia Solidária (GEPeeS) da Universidade Federal da Paraíba e o Coletivo de Pesquisa e Valorização dos Saberes Potiguara (Coletivo Potiguara). Este último, organizado por pesquisadores indígenas e apoiadores da causa indígena, realiza pesquisas e atividades de valorização dos conhecimentos do povo e seus encontros visam agregar os pesquisadores indígenas potiguaras.

O projeto intitulado “Águas Potiguaras” se propôs analisar as paisagens culturais deste povo a partir da investigação sobre os usos das águas e das bacias hidrográficas presentes no território Potiguara, assim como o vínculo estabelecido com os diversos ambientes em que o elemento água se destaca. A iniciativa da pesquisa se dá em 2016 quando uma importante liderança indígena (cacique Caboquinho) demandou ao grupo LEPoliTC a necessidade de uma análise sobre o uso das águas do território Potiguara, sendo iniciado imediatamente. No entanto, a pesquisa, por ora, se encontra ainda na primeira etapa: a de observação panorâmica, resultando neste relato.

Os Potiguara são um povo indígena inserido na região Nordeste que permanentemente tem sofrido com os conflitos gerados a partir da exploração capitalista desde a época de invasão europeia nas colônias do sul, que avançou sobre seus territórios e modos de vida tradicionais, alterando-os definitivamente.

A água assume uma importância diferenciada para este povo, de modo que sua representação por meio da paisagem mereceu atenção. Existem diversos rios no território Potiguara, mas os dois que se destacam no que consideramos como forjadores de uma identidade territorial Potiguara e que requereram uma caracterização etnográfica de nossa parte foram o Sinimbu e o Mamanguape. Logo, tal análise foi realizada considerando as representações e usos do território bem como as territorialidades tradicionais mais vinculadas ao entorno destes rios, mas não se descartaram as descrições dos outros rios, bem como o vínculo com o ciclo das marés.

O trabalho foi dividido nas seguintes etapas: discussões teóricas, os estudos de campo propriamente ditos, as reuniões de avaliação do estudo e apresentação dos resultados preliminares. Ainda podemos apontar como etapa extra-planejamento o fato de que a pesquisa resultou em dois trabalhos acadêmicos (ROMEY DE SOUZA, 2019; ROMEY *et al.*, 2018).

O estudo de campo preliminar foi realizado em 24 e 25 de setembro de 2016. Em 2017 iniciamos discussões sobre a análise de paisagens e a condição de subalternidade dos grupos étnicos latino americano. Com este embasamento teórico, foram realizados dois estudos de campo, o primeiro entre os dias 07, 08 e 09 de setembro de 2017, na porção central e norte da TI Potiguara e o segundo estudo ocorreu nos dias 11 e 12 de maio de 2018, abarcando o contorno sul do território

Potiguara, delimitando a TI Potiguara de Monte Mor pelo Rio Mamanguape, além do trecho navegável do rio Sinimbu.

O percurso traçado pelos pesquisadores está na Mesorregião Mata Paraibana, entre as vegetações de restinga e mata atlântica, e pelo ecossistema manguezal das aldeias indígenas pertencentes aos municípios de Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação. Dentro destes percursos foi possível identificar os conflitos e valores étnico-sociais frente as lógicas de consumo impostas pela expansão do capitalismo com relação ao desenvolvimento territorial e o uso da terra indígena.

2. PRIMEIRO ESTUDO DE CAMPO

24 e 25 de setembro de 2016

Pernoite na casa do cacique da Aldeia do Forte, Caboquinho. Nesta noite foi exposta a demanda e definimos os locais de visita para posterior avaliação. O cacique mostrou a necessidade de se investigar o modo como os Potiguara se relacionavam com as águas, considerando que tanto as águas dos rios que banham as terras indígenas, bem como a dinâmica das marés não eram devidamente conhecidas pelo conjunto do povo e se misturavam com o modo como os não indígenas, especialmente da cidade da Baía da Traição, utilizavam o manancial.

No dia seguinte, às 8h, iniciamos o trajeto seguindo o curso do rio do Gozo, desde a Aldeia-mãe de São Francisco, além da aldeia de Tracoeira. Foi identificada o avanço das aningas (plantas típicas de rio em estágio de poluição por matéria orgânica), bem como a diminuição do fluxo do rio.

Adiante da Aldeia de Tracoeira, há trechos em que o rio claramente tem sofrido com o assoreamento resultado das plantações que avançam sobre suas margens, principalmente a cultura da cana-de-açúcar, que até pouco tempo não chegava a este ponto do território Potiguara. Acompanhamos a margem do rio até chegarmos à nascente. No percurso passamos por casas e plantações que se aproximavam muito do rio, o que nos levou a crer que há possibilidade de esgotamento sanitário estar chegando às águas do rio. Contudo, a nascente do rio parece estar preservada (como se evidencia na foto abaixo feita no ano seguinte quando fomos em grupo ao local). No retorno, paramos na Aldeia Tracoeira para o almoço na casa do ex-cacique local, Seu Davino, cuja esposa nos preparou um prato tradicional: galinha de capoeira.



Figura 2 - Rio Sinimbu na altura da Aldeia São Francisco com a presença das aningas no canto direito. Foto: Thiago Romeu, 2016.

Ao fim, concluímos que a dinâmica das águas no território potiguara requeria pesquisa mais aprofundada, tanto no que se refere ao uso, como as funções e papéis que a água ocupa no universo cosmológico indígena. Ficou evidente que muito mais que um elemento químico indispensável à dinâmica biológica e econômica, a água assume papel existencial no mundo potiguara.

3. SEGUNDO ESTUDO DE CAMPO

1º Dia – 07 de Setembro de 2017

Chegamos ao centro de Baía da Traição por volta de meio dia, para o almoço. No restaurante encontramos Jan Linhart, antropólogo e colaborador do Coletivo Potiguara, e Welando Costa, ecólogo, membro do GEPEeS, ambos nos acompanharam como guias e condutores do grupo. Nesta visita, o roteiro realizado tinha por finalidade alcançar as nascentes ou, no mínimo, o médio curso de alguns dos principais rios que permeiam o território potiguara: Sinimbu, Estiva e Vermelha, além de observar a dinâmica cotidiana dos indígenas cujas vidas estão mais vinculadas ao fluxo das marés.

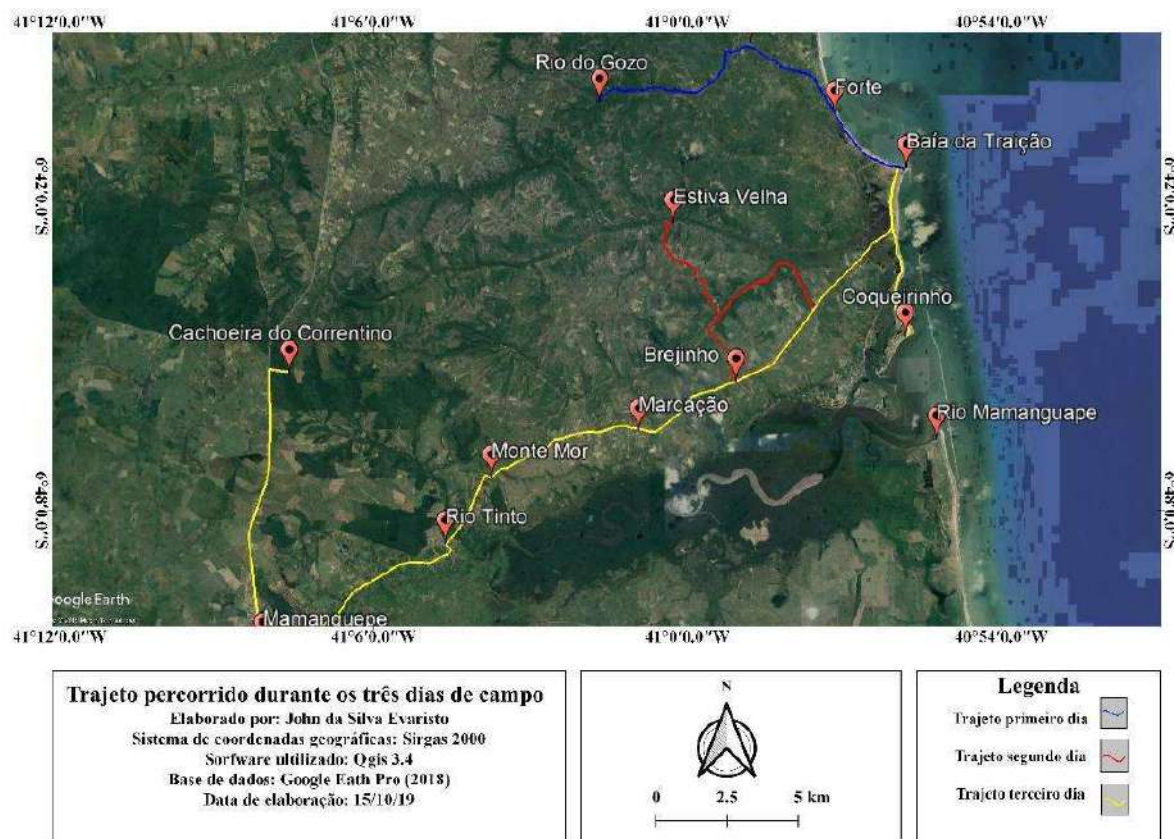


Figura 3 - Trajetos percorridos pelo grupo nos três dias deste estudo de campo.

Após o almoço, direcionamo-nos à Nascente do rio Sinimbu (figura 4) adiante da Aldeia Tracoeira, que neste ponto se chama rio do Gozo. É possível identificar na área, a presença de igrejas pentecostais direcionadas aos indígenas, assim como quantidade relevante de bares às margens do rio que disponibiliza infraestrutura para banhos e serviços de restaurantes com comidas típicas, tais como galinha de capoeira, peixes variados, caldos de marisco, aratu e guaiamum, caranguejo e bode, variando de acordo com a proximidade da praia. Nos quintais se destacam as criações de pequenas aves e bodes.

O rio Sinimbu é um rio relativamente curto, seu curso não tem mais que 20 quilômetros, dos quais menos da metade é navegável. Ele corta o centro do território potiguara, passando por algumas aldeias até que o baixo-curso atinge o nível do mar na altura da aldeia do Forte, separando-se do mar por uma restinga na qual se instalou a cidade da Baía da Traição. Daí em diante, segue seu curso à beira da cidade, que interage com suas águas de maneira contraditória, utilizando para abastecimento e lançamento de dejetos. Na aldeia de Caieira, recebe o tributo do rio Estiva, seguindo dali em direção ao Mamanguape por um trecho navegável.



Figura 4 - Nascente do rio Sinimbu: águas cristalinas. Foto: John Evaristo, 2017.

Inserindo-se na bacia hidrográfica do Mamanguape, o rio Sinimbu se juntando a ele no estuário próximo à sua desembocadura, que se alarga de modo sinuoso, formando bancos de areia e servindo de ambiente para o raro peixe-boi marinho. A foz do Mamanguape (tributada pelas águas do Sinimbu que cerca de 5 quilômetros acima foi incrementado pelo deságue do Estiva) encontra o mar numa espécie de baía e de lá, no Oceano Atlântico. Esta “baía”, forma-se com os arrecifes à leste e tendo à margem esquerda (à oeste) a praia da aldeia de Coqueirinho.

O acesso para a nascente do rio (figura 5) passa pela casa de uma família que faz as vezes de vigia, limitando o acesso ao local. Por isso, é um dos poucos locais que não está vulnerável ao consumo da paisagem. A visita ao local indicou que alguns fatores ameaçam a preservação da nascente. A água da nascente do rio aflora no subsolo, logo, é quem dá força e corpo ao percurso do rio. Visto o crescente avanço do desmatamento da vegetação nativa de mata atlântica que a nascente está inserida, é nítido que o “olho d’água” não é tão intenso, e que tal fato ajuda a explicar as condições de assoreamento ao longo do leito do rio Sinimbu.

Segundo relatos dos moradores, o local é reservado para os cultos da Jurema, visto a importância cosmológica que a nascente do rio representa para os ritos e mitos dos indígenas Potiguaras. Este parece ser um local de adoração e conexão com os encantados, tornando-se um lugar de interesse para preservação de memória e identidade deste grupo étnico, ao passo que é o lugar de importância para a preservação da nascente.



Figura 5 - A: placa de demarcação de terras indígenas na frente da casa mais próxima à nascente; B: proximidades da nascente num ponto de balneabilidade. Foto: John Evaristo, 2017.

Da visita à nascente do rio do Gozo, fomos à Coqueirinho e lá, fomos recebidos na casa de Caboquinho, cacique da Aldeia do Forte, que nos hospedou na ocasião para os pernoites. A aldeia não é habitada por muitos moradores e há alguns poucos estabelecimentos como bares, restaurantes e pousadas. Muitas casas são de pessoas que não moram no local mas que frequentam nos finais de semana. Grande parte dos moradores, quase todos indígenas, são pessoas pobres, vinculadas à produção agrícola ou a pesca e coleta marinha. Há pouca renda circulante e parte dos moradores tem no consumo da cachaça uma prática de sociabilidade. Como era ocasião de festa pelo aniversário do anfitrião, ele só pode nos acompanhar no percurso do campo no último dia.

2º Dia – 08 de Setembro de 2017

Pela manhã, guiados por Welando Costa, seguimos a praia de Coqueirinho, no sentido contrário ao rio. Avançamos até onde a faixa de areia e o manguezal permitiram. Presenciamos o avanço da produção de camarões em área de manguezal e a coleta de mariscos na maré baixa (figuras 6 e 7 respectivamente). Não é possível identificar o perfil destas pessoas, mas é perceptível que são moradores ribeirinhos do local e de classe social baixa, que diferentemente do modelo de acumulação do capital, estão inseridos em uma lógica de exploração e acumulação e desvalorização do trabalho.

O fim deste percurso pela manhã foi finalizado com a trilha que vai a foz do rio Sinimbu, no Mamanguape, onde foi possível perceber a maré começando a subir. Percebemos a chegada dos pescadores, observando que estes são habituados com o fluxo da maré, muitos saem em determinados horários para pesca dos animais mais afeitos ao horário. O lugar também é

considerado sagrado pelos indígenas por causa do encontro de águas, uma vez que é local relevante para a cosmologia Potiguaras. São os “encantados”, que habitam estes locais, que protegem os elementos da natureza.



Figura 6 - Tanque de camarão construído em área de mangue próximo à aldeia de Coqueirinho. Foto: Thiago Romeu, 2017.



Figura 7 - Coleta de mariscos realizado na maré baixa em Coqueirinho. Foto: Thiago Romeu, 2017.

No período da tarde, partimos na companhia de Denilton, indígena, membro do Coletivo Potiguaras e estudante da UFPB. Seguimos em direção à aldeia Carneira, passando pela aldeia Jacaré de César. Nosso guia nos conduziu às “fronteiras” da produção da cana-de-açúcar nas terras indígenas. Estes lugares estão nos arredores dos rios de água doce, logo, os conflitos estão entre os moradores locais que lutam uns para manter sua pequena produção e outros cedendo suas

terras à produção da cana, que é rentável e de rápido retorno. A cana tem contribuído para a diminuição das reservas freáticas e do fluxo dos rios.



Figura 8 - Balneário no rio Estiva próximo à plantações de cana-de-açúcar. Local de avanço do assoreamento. Foto: John Evaristo, 2017.

No percurso, atravessamos a certa altura o rio Estiva e presenciamos a limpeza de recipientes químicos nas águas do rio. O rio é bastante antropizado dada a proximidade com as plantações diversas que utilizam insumos e defensivos (cana-de-açúcar e inhame, por exemplo), mas guarda ainda muito do bucolismo comum aos espaços rurais (figura 8). Há criações de tilápias e balneários que servem às aldeias.

Os povos originários sofrem desta forma, com a contaminação dos seus rios, desvalorização dos seus ecossistemas além da desvalorização da memória, perda de terra para produzir o próprio alimento e a facilitação de culturas que beneficiam o agronegócio. Retornamos no fim da tarde para a aldeia Coqueirinho onde passamos a segunda noite.

3º Dia – 09 de Setembro de 2017

No terceiro dia, tivemos a presença de Caboquinho que nos guiaria pelo início do terceiro roteiro: o curso do Sinimbu que margeia o perímetro urbano da cidade da Baía da Traição. Partimos de Coqueirinho parando em pontos em que a sinuosidade do rio encontrava a estrada que liga as aldeias de Acajutibiró e Coqueirinho. Neste percurso, há vários tanques de carcinicultura ladeando a

estrada. Numa das paradas, Caboquinho mostrou o caminho, feito através do rio, até a aldeia de Val.

Chegamos ao trecho do rio que está diretamente associado ao espaço urbano e em determinada altura, avistamos um balneário que se apresenta como relevante ponto turístico, próximo à estação de tratamento de água do município. Neste local é perceptível a exploração econômica realizada por bares no entorno do rio, visando a atividades de lazer. A paisagem assume um aspecto funcional, resíduos sólidos e orgânicos são muito visíveis à margem, assim como a grande quantidade de carros com sons em alto volume (figura 9).



Figura 9 - Balneário às margens do rio Sinimbu na altura da estação de tratamento de água do município da Baía da Traição (ao fundo vê-se a ponte para a estação). Foto: John Evaristo, 2017.

Foi possível perceber, no percurso, a popularidade do cacique, assim como suas relações socioafetivas e a profundidade da sua influência na comunidade local. O caminho marginal até o balneário passa por resquícios de vegetação da Mata Atlântica e manguezal, o acesso não é bom devido ao fluxo intenso da comunidade que vive nesta área. Entre os veículos que trafegam, as motocicletas assumem papel principal entre os meios de transporte na cidade e no território.

Próximo ao balneário há a passagem para a estação de tratamento de água de Baía da Traição (figura 9) para onde nos direcionamos. O rio Sinimbu é navegável a montante da estação, porém só caiaques ou pequenas canoas podem fazer este trajeto, que é mais preservado. Há relatos da presença abundante de jacarés-de-papo-amarelo entre outros animais. Neste trecho o rio segue paralelo ao mar, limitando a cidade num istmo estreito que tem sofrido com o avanço do mar

nos últimos anos. Lá, fomos recebidos pelo funcionário que nos apresentou as instalações, bem como o processo de purificação da água. Na conversa com o funcionário (que também é Potiguara) afirmou-se que determinados tratamentos de água não são feitos, mas que os índices de contaminação de água devido ao uso de banhos são amenizados com compostos químicos.



Figura 10 - banho refrescante na cachoeira do Correntino no rio Vermelho, extremo oriental do território Potiguara, após caminhada na mata, concluindo o estudo de campo. Foto: Thiago Romeu, 2017.

Deste ponto no Sinimbu, fomos em direção ao extremo oriental do território, na TI Potiguara de Monte-Mor, acessando o local pela BR 101 sentido Natal/RN, que também limita o território Potiguara. Tivemos o auxílio de Welando Costa, do GEpeeeS, e Hans, um guia local que nos levou à uma das cascatas do rio Vermelho (figura 10), um dos importantes fornecedores de água para o município de Rio Tinto, a cachoeira do Correntino. O trecho acessado localiza-se entre os trechos da Reserva Biológica Guaribas, as SEMAS II e III. Em direção à mata é possível perceber que ao lado direito seguindo a direção oeste, a paisagem é marcada pelas plantações de cana-de-açúcar e casas espaçadas que não configuram vilarejos. O acesso à trilha é pouco perceptível, devido ao estado preservado da floresta. O estado da trilha mostra que poucos turistas desbravam mata. Quando o véu da cascata se descortinou, foi possível perceber as águas límpidas formando uma leve queda d'água em meio ao solo argiloso. A trilha ao local é curta, cerca de 30 minutos que permite observar a queda de árvores mais antigas por decorrência de chuvas. Também é visível o rastro de uso inadequado do local devido aos resquícios de fogueira e alguma quantidade de lixo. Também é um local de uso ritualísticos dos indígenas da região. Na perspectiva Potiguara, é um lugar de domínio dos caboclos e encantados, responsável pela proteção da cascata e da mata.

Retornamos para finalizar esta visita e ao atravessarmos a rodovia BR 101, concluímos o roteiro numa passagem por um trecho da SEMA II, já fora, portanto, das terras indígenas. Cabe a menção à passagem nesta reserva devido ao fato de que sua vegetação é parte do complexo paisagístico e ambiental da região, harmonizando-se com a vegetação das terras potiguara e caracterizando um complexo paisagístico que mantém importante variedade biótica e serve de mantenedor do manancial que corta as áreas potiguara.

4. TERCEIRO ESTUDO DE CAMPO

1º Dia – 11 de maio de 2018

Em 2018 retornamos às terras Potiguara com a intenção de percorrer o trecho mais ao sul do território, marcada pela divisão natural do rio Mamanguape e o trecho navegável do Sinimbu que serve de acesso às aldeias de Camurupim, Val e Caieira. Nesta ocasião tivemos a presença singular do professor Paulo Palhano, coordenador do GEPeeeS/UFPB e Welando Costa, pesquisador vinculado ao GEPeeeS.

O baixo curso do rio Mamanguape, margeado por vegetação de mangue bastante densa, muito se diferencia do alto e médio curso, pois nestes trechos, o rio é pouco caudaloso (no alto curso chega a ser intermitente) e pontilhado por pequenas cascatas resultado do acidentado terreno do Brejo Paraibano, microrregião climática de encostas úmidas do planalto da Borborema, por onde se encaixa seu vale. No trajeto, o rio corta áreas cuja vegetação nativa cambia entre a caatinga e a mata atlântica, contudo, atualmente há poucos resquícios desta floresta, tendem sido substituída, em grande parte do médio curso, por pastos e canaviais. O baixo curso que se aproxima da foz é muito distinto dos trechos à montante. Agora caudaloso devido ao tributo de vários pequenos córregos e riachos provenientes das encostas úmidas, encaixa-se numa vasta planície de inundação, tendo ao seu redor a APA do rio Mamanguape, que é o mangue mais amplo e preservado do litoral paraibano. Como se verá nas imagens seguintes, o Mamanguape é o elemento de destaque em meio ao imenso dossel do mangue (figura 11), cujas árvores das margens inundáveis do rio, atingem facilmente os 20 metros (figura 12).

Nosso encontro com Welando Costa e o professor Paulo Palhano, do GEPeeeS/UFPB, foi no centro de Rio Tinto, no início da tarde. Chegamos à cidade na van da UFCG e dali partimos para a Aldeia Brejinho, no município de Marcação para, do alto, avistarmos os meandros do baixo curso do Mamanguape. Antes da Aldeia, saímos à direita da Rodovia PB-041 e entramos numa estrada

em meio ao canavial. Toda a área é Terra Indígena, mas é densamente ocupada pela lavoura de cana.



Figura 11 - Rio Mamanguape no centro da foto. Ao fundo, o terreno sendo preparado para o plantio da cana no município de Lucena. No primeiro plano e nas duas margens do rio as significativa extensão do mangue marginal do rio. Foto de Thiago Romeu, 2018.

Observamos, do alto do tabuleiro costeiro, o rio largo e caudaloso e sua planície inundável pelas marés, foi notável a presença de tanques de produção carcinocultora por trás da “muralha” de árvores de mangue (figuras 13 e 17). Nossa partida pelo rio se deu no início da tarde, após o almoço, a partir do trapiche próximo à aldeia Jaraguá, no município de Rio Tinto. Um antigo porto dos Potiguara para pesca e coleta do rio. Fomos conduzidos por barqueiros indígenas contactados antecipadamente. Todo o trajeto foi marcado por GPS o que serviu a elaboração dos mapas a seguir.



Figura 12 - Mangue marginal ao rio Mamanguape, espécimes de *rhizophora mangle* (mangue vermelho) e *laguncularia racemosa* (mangue branco) chegam a atingir 20 metros e são as mais abundantes. Foto de Thiago Romeu, 2018.

Já no início do percurso, notamos o volume do rio que muito se distingue dos trechos do médio curso. Seguimos sobre a placidez das águas, partindo o rio pela proa de uma pequena embarcação de capacidade para 10 pessoas. O céu estava nublado, mas sem risco aparente de chuvas. O vento suave amainava o calor. Chamou a atenção as diversas gamboas (entradas de água doce formado pelo tributo de pequenos riachos nos mangues), sobretudo, na margem esquerda do rio. Ambas as margens mantinham manguezal com dossel alto e troncos grossos, indicando o nível de preservação. No entanto, sabíamos que a altura das copas escondia a produção de camarão, aparentemente, ilegal. Contudo, mais próximo da aldeia de Tramataia, avistamos manguezal derrubado, o que nos pareceu ação ilícita para produção de camarão às margens do rio (figura 14).



Figura 13 - Tanques de camarão instalados no sopé do tabuleiro na divisa com o mangue da área das Terra Indígena Potiguara. Foto de Thiago Romeu, 2018.

O trajeto pelo rio seguiu até Barra de Mamanguape, onde o rio se alarga muitíssimo, até aportarmos em frente ao projeto Peixe-Boi, na margem direita. No local, conhecemos os responsáveis pelo projeto, tomamos um café e voltamos ao barco para nos dirigirmos à Aldeia Coqueirinho, na outra margem, já no município de Marcação. Neste trecho do percurso fomos surpreendidos por uma chuva forte e o aumento da intensidade dos ventos, mas não afetou nossa chegada à salvos. Com a chegada à praia de Coqueirinho fomos à casa de Caboquinho, que nos recebeu para passarmos a noite. Dali nos despedimos do professor Paulo Palhano.



Figura 14 - Manguezal derrubado na margem inundável do rio. A hipótese é que a área tenha sido destinada à construção de tanques carcinocultores. Foto de Thiago Romeu, 2018.

2º Dia – 12 de maio de 2018

Levantamos cedo e fomos participar da reunião do Coletivo de Pesquisa e Valorização dos Saberes Potiguara. Lá, expusemos o andamento das pesquisas e as intenções do período da tarde. Após o almoço, tomamos um barco na praia de Coqueirinho com um indígena da aldeia Camurupim. Havíamos marcado com ele de nos buscar para seguirmos desde a foz do Sinimbu até o trecho barrado, próximo a Aldeia Caieira, às margens da PB-141 (figura 16).

O trajeto se iniciou na praia e seguiu por cerca de 5 quilômetros a montante da foz. Ao entrarmos no Sinimbu pelo Mamanguape, notamos que o rio se estreita bastante, mas ainda assim é margeado por volumoso manguezal formado basicamente pelas espécies predominantes no Mamanguape. E não é possível se ver, desde o rio, a maior parte dos tanques carcinocultores, tal como ocorre quando se trafega pela estrada entre Akajutibiró e Coqueirinho, exceto já próximo ao fim do percurso. À medida que se avança, o rio estreita e há trechos em que o mangue de um lado quase toca no outro (figura 15). Neste trecho, passamos pelas aldeias Camurupim e Val, terminando o trajeto em um pequeno trapiche próximo ao barramento do rio na aldeia Caieira, poucos metros antes do balneário situado no entroncamento entre o Sinimbu e o rio Estiva. Neste local, já nos esperava o veículo da UFCG que nos levou novamente à casa do cacique Caboquinho para nos despedirmos e recolhermos as bagagens.



Figura 15 - Manguezal às margens do Sinimbu próximo à aldeia Caieira. Neste trecho, o mangue (mais baixo em relação ao que margeia o Mamanguape) se avoluma e estreita a passagem de embarcações. Foto: Thiago Romeu, 2018.

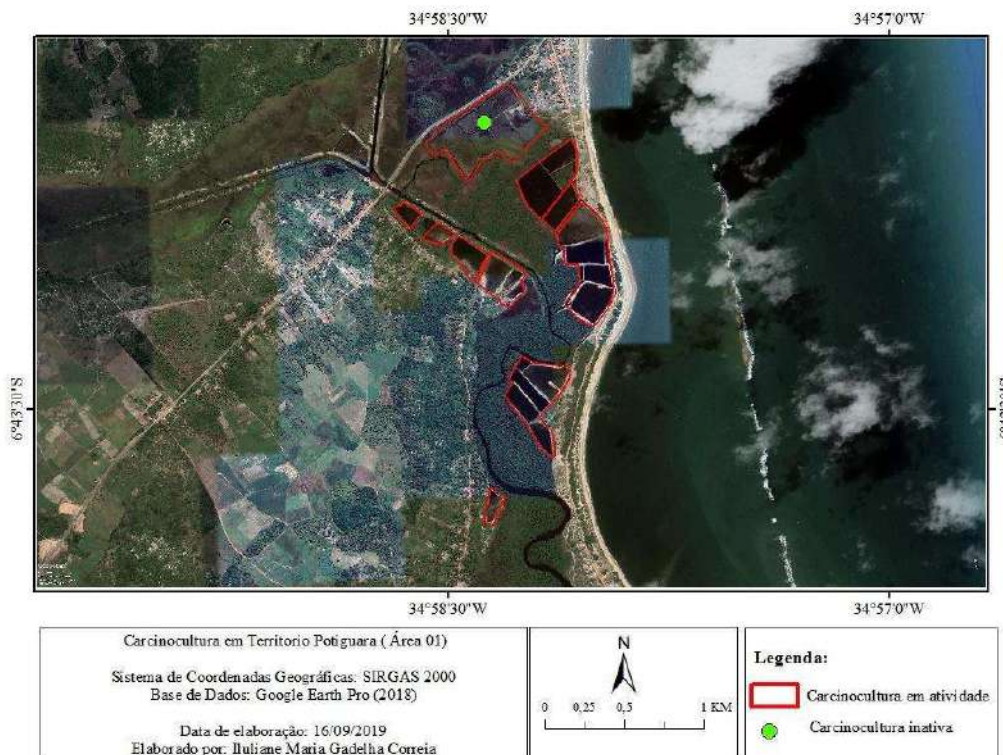


Figura 16 - Imagem que mostra em detalhe a produção de camarões às margens do Sinimbu próximas às aldeias de Caieira e Akajutibiró em meio ao mangue preservado. Da estrada entre os tanques e a praia é possível se avistar os locais de carcinocultura.

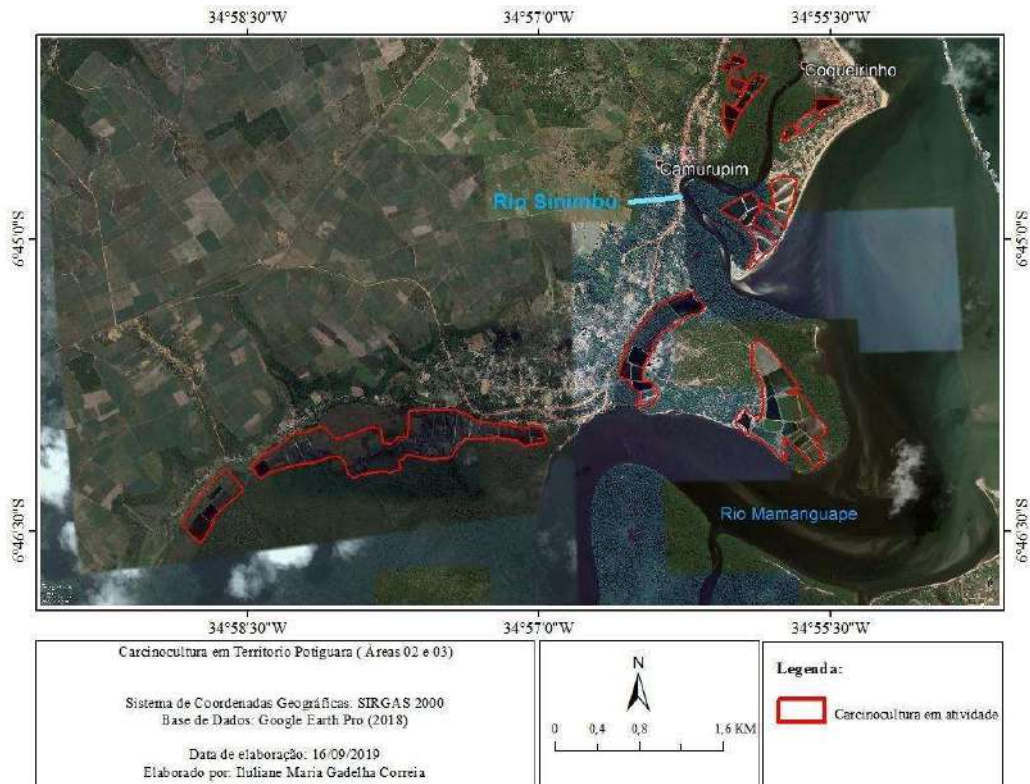


Figura 17 - Imagem que mostra a presença de tanques produtores de camarão na área de mangue na margem esquerda do Mamanguape e nas duas margens do Sinimbu, ambas as áreas situadas nas Terras Indígenas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de campo nas Terras Potiguara nos permitiram ter um quadro panorâmico do território indígena. Tais atividades não nos permitiram um quadro analítico aprofundado, mas deu-nos possibilidade de observar um quadro territorial bastante singular que nos permite afirmar que estamos diante de um gênero de vida vinculado às dinâmicas das águas. Tanto o regime de chuvas, quanto o vai e vem contínuo das marés definem muito do cotidiano dos indígenas que habitam as áreas drenadas pelas águas das chuvas quanto os que vivem próximos aos rios nos seus baixos cursos.

Os cursos dos rios menores requerem atenção especial. Tanto no médio quanto no baixo curso há pouca atenção dos moradores às suas margens e há muitas evidências de que as águas estejam contaminadas com matéria orgânica. Por outro lado, no baixo curso, o descarte de lixo parece ser uma prática comum.

De todo modo, o caudal do Mamanguape parece esconder com seu volume os usos prejudiciais das margens. Suas águas definem a vida do peixe-boi e de diversos outros animais que

se adaptaram ao ritmo das marés. Igualmente, o cotidiano indígena tem se moldado aos estágios naturais, mesmo com o adensamento de atividades estranhas ao dia a dia Potiguara. A cana-de-açúcar e a produção de camarões se apresentam como desafios, pois de um modo desagregador da coletividade, impõem práticas afeitas à produção e consumo de mercado. Novidades que nem sempre trazem consequências positivas às novas gerações potiguara. Estas parecem ser questões para as quais os indígenas ainda se mostram pouco resistentes e merecem maior atenção.

6. REFERÊNCIAS

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: Seis Ensaio sobre a Paisagem e a Geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. Um Conceito, Várias Visões: Paisagem Cultural e a Unesco. Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 1., Belo Horizonte, 2010, **Anais...** Brasília, DF: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017, p. 29-49.

ROMEY, Thiago; SILVA, Bismark; CALUÊTE, Polyanna; CORRÊIA, Iluliane; SANTOS, Tainá; COSTA, Gustavo; ESTEVES, Poliana; OLIVEIRA, Darciley; EVARISTO, John; CASTRO, Romário. As Águas Potiguara: O Povo e suas Paisagens. **Revista OPPALA**, Fortaleza, v. 1, nº 1, jan./dez. 2018, p. 16.

ROMEY DE SOUZA, Thiago. Potiguara da Paraíba: Paisagem e Gênero de Vida. In: JACINTO, Rui (Coord.). **Coleção Iberogeografias - Volume 35: Novas Fronteiras, Outros Diálogos: Paisagens, Patrimônios, Cultura**. Lisboa: Âncora Editora, 2019.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Aline de Figueirôa; BRAGA, Anna Caroline; GAMEIRO, Fabiana Gonçalves; LIRA, Flaviana Barreto; SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MELO, Vera Mayrinck. Os Valores Patrimoniais da Paisagem Cultural: Uma Abordagem para o Processo de Intervenção. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, nº 24, p. 297-308, 2007.